

A Memória toponímica da Estrada Real e os escritos dos viajantes naturalistas dos séculos XVIII e XIX

Francisco de Assis Carvalho¹

USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Linguística

francarvalho@usp.br

RESUMO

Em virtude de ocupar um determinado espaço físico e precisar se dispor geograficamente no meio ambiente, o homem tem a necessidade de nomear o ambiente físico-social que o cerca, sendo esta uma condição sine qua non para a garantia de sua própria sobrevivência. Por meio da Toponímia, ramo da Onomástica que tem por objeto de estudo a origem e o significado dos nomes dos lugares, pode-se analisar a estreita relação que se estabelece entre o homem e os topos que designam o espaço que o circunscribe. Este trabalho centra-se no estudo dos topônimos da Estrada Real tendo por base os relatos dos Viajantes Naturalistas dos séculos XVIII e XIX que passaram por estes caminhos.

PALAVRAS-CHAVE: Nome; Toponímia; Estrada Real; Viajantes Naturalistas.

ABSTRACT

Human beings occupy a physical space and, as they need to locate themselves geographically in the environment, they had to name the physical-social environment around. This process of name giving is a sine qua non condition that assures man's survival. Through Toponymy, a branch of Onomastics that studies the origin and the meaning of the names of places, it is possible to analyze the close relationship developed between men and topos. This work focus on the toponymic study of the Royal Road (Estrada Real). And takes into account reports from Naturalist Travelers of the XVIII and centuries, who traveled through these paths.

KEYWORDS: Name; Toponymy; Royal Road; Naturalist Travelers.

I - INTRODUÇÃO

No mundo das palavras ocupa um lugar especial o *nome* que, inicialmente emanado do mundo comum para ser aplicado a um lugar concreto, sofre as modificações realizadas pelo homem que o transforma e o reconstrói para o uso das gerações seguintes. Por isso, os nomes de lugares, também conhecidos como *topônimos* (do grego *topos*, “lugar”, e *onoma*, “nome”), constituem um interessante campo de pesquisa.

¹ USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Linguística. Av. Prof. Luciano Gualberto, 403 - sala 04 - Cidade Universitária (Butantã) - CEP 05508-900, São Paulo, SP, Brasil. Bolsista Fapesp e Capes.

Estudar o processo da nomeação das coisas existentes é viajar no tempo e no espaço para perceber que, no processo de nomeação, inserem-se a sabedoria e o conhecimento das gerações que ficaram *crystalizados* e *eternalizados*, preservando do esquecimento o instante mágico em que as coisas passaram a ser conhecidas por tal nome obtiveram a sua existência. Dentro da nomeação ocorre um “nascimento”, uma identificação, uma singularização. É pela Palavra que esse fato se consolida. O que *não-era* passa então a *ser*.

El estudio de los nombres de lugar es una de las cosas que más há desvelado la curiosidad de los eruditos e incluso la del pueblo en general. Es natural que sea así. Estos nombres se aplican a la heredad de la que somos propietarios, o a la montaña que limita nuestro horizonte, o al río de donde extraemos el agua para el riego, o al pueblo o la ciudad que nos há visto nacer y que amamos por encima de cualquier otra, o a la comarca, el país o el estado donde está enmarcada nuestra vida colectiva. ¿ El hombre, que desde que tiene uso de razón se pregunta el porqué de todas las cosas que ve y que siente, no se preguntaría sobre el porqué de estos nombres que todo el mundo tiene continuamente en los lábios? (COROMINES, 2003, p.2).

A Toponímia é uma área de investigação que se fundamenta na idéia de que a nomeação de um lugar não se dá de maneira aleatória ou despropositada, mas que essa nomeação ao ser investigada, pode revelar importantes informações referentes à língua em uso na região pesquisada e aos costumes e valores preponderantes na conduta dos falantes. Ela também pode revelar os acontecimentos históricos e as influências sofridas através dos contatos com outros grupos étnicos que ali se instalaram. Na expressão de Dick, os nomes são “como recortes de uma realidade vivenciada”, conscientemente ou não, pelo denominador isolado ou pelo próprio grupo, numa absorção coletiva dos valores especiais que representam a mentalidade do tempo histórico ou *ethos* grupal (DICK,1998). Os estudiosos caracterizam, de maneira geral, a Toponímia como campo de conhecimento interdisciplinar, ligando-a com áreas científicas que têm uma relação mais próxima com o estudo dos nomes de lugar. Para Poirier (1965) a Toponímia é uma área de estudo que se liga à história, à geografia e à linguística. Tort (2003) enfatiza que os três pilares auxiliares do estudo toponímico são a história, a geografia e a linguística (desdobrada em dialetologia e fonética). Dauzat assim se expressa, incidindo de modo especial nas vertentes psicológica e sociológica da Toponímia:

Esta ciencia constituye un capítulo precioso de psicología social. Nos enseña cómo se han designado, según las épocas y los medios las villas y los pueblos, las propiedades y los campos, los ríos y las montañas. En suma, nos permite comprender mejor el alma popular, sus tendencias místicas o realistas, sus medios de expresión en definitiva (DAUZAT, 2003, p.4).

Para Moreu-Rey, o estudo da Toponímia é de fundamental importância para as ciências humanas na medida em que deixou de ser apenas auxiliar da filologia e da onomástica e passou a ser reconhecido como um importante campo de estudos das ciências do homem.

La toponímia pertenece a las denominadas ciencias humanas, campo que abraza también las diferentes ramas de la história, la historia de la economía y de las instituciones, la sociología y la antropología cultural, la geografía humana, la lingüística y la filología (...). La toponímia utiliza básicamente los servicios de otras tres ciencias: la historia, la lingüística y la geografía, pero debe recorrer también al auxilio suplementario de la epigrafía, la arqueología, la archivística y la paleografía, así como la etnografía y el folclore, la psicología social, la topografía o la botánica (MOREU-REY, 2003, p.3)

Escrever sobre aspectos da cultura de uma região não é uma empreitada fácil de ser realizada, mesmo porque há muitas informações que se interpenetram e que merecem interpretação.

A Toponímia reflete de perto a vivência do homem, enquanto entidade individual e enquanto membro do grupo que a acolhe. É pois, uma ciência dinâmica e de amplas perspectivas. Ela não se limita na investigação apenas dos aspectos linguísticos e à categorização dos nomes, mas direciona-se para as motivações que estão presentes no ato de nomear. Dick (1990) desenvolveu o estudo dos “motivos toponímicos” no processo da nomeação, formalizando as “taxeonomias toponímicas” agregadas em dois grupos fundamentais: o primeiro de natureza física ou natural; o segundo de natureza antropro-cultural, conforme a temática neles incluída. Desta maneira, a autora classificou as 27 taxes toponímicas traduzindo as condutas motivadoras orientadas pela ordem física e antropocultural de suas ocorrências.

Para o desenvolvimento da pesquisa sobre a *Toponímia da Estrada Real* estamos utilizando as fichas classificatórias concebidas por Dick. Elas constituem uma análise detalhada do *topônimo*, com informações que o integram à sociedade e à cultura, ultrapassando a mera função nomenclatória.

II - ESTRADA REAL

O percurso da Estrada Real com seus 1400 Km de extensão envolve mais de 200 municípios divididos em três estados brasileiros: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A rota da Estrada Real movimentou a economia do país por um período de mais de 150 anos. Por esses caminhos o ouro e as pedras preciosas eram levados à corte do Rio de Janeiro.

Neste período a ênfase econômica do Brasil estava em Minas Gerais, região que permaneceu desabitada de “cristãos até finais do século XVII”. Foi a descoberta do ouro e dos diamantes que contribuiu decisivamente para atrair pessoas de diversas proveniências para a região, no intuito de um fácil enriquecimento com um investimento mínimo. Após o período da ocupação do litoral brasileiro as expedições dos bandeirantes e sertanistas, nas últimas décadas do seiscentismo começaram as descobertas auríferas e o estabelecimento dos primeiros arraiais e núcleos populacionais.

Uma grande quantidade de pessoas vindas de várias partes da colônia e da Europa começaram a ocupar essa região. A Coroa Portuguesa tentou em 1705 impedir a entrada de estrangeiros na zona do ouro. No dizer de Antonil (1992, p.42) “Cada ano vem nas frotas uma grande quantidade de portugueses e estrangeiros para passarem às minas.”

O auge da busca pelo ouro nas Minas Gerais deu-se na época colonial até meados do século XVIII. Explorado de início o ouro de tabuleiro, na beira dos ribeirões, passou em seguida a ser extraído o ouro das margens mais elevadas, já nas encostas: o das grupiaras ou guapiaras. A busca pelo ouro e pelas pedras preciosas vai fazer surgir “os muitos caminhos” que levavam às minas, ampliando as *Entradas* deixadas pelos bandeirantes e os *Peabirus* demarcados pelos indígenas ou desbravando novas sendas. E de fato, segundo os historiadores, inúmeros caminhos foram construídos a partir do Rio de Janeiro para Minas, passando por São Paulo. O Professor Antônio Gilberto Costa descreve em sua obra *Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real* (2005) esses caminhos. Devido à diversidade de caminhos, desvios e mudanças ocorridas ao longo do tempo, salientamos que a nossa pesquisa toponímica tem como *corpus fundamental* os três caminhos apontados pelo *Instituto Estrada Real* e que se encontram delineados nos Mapas elaborados por este instituto.

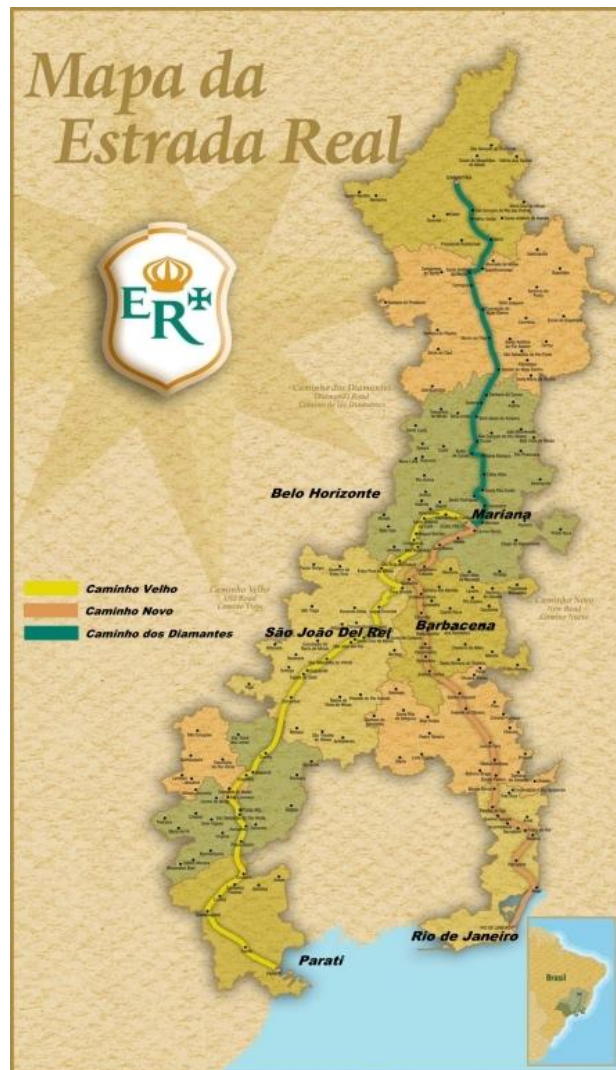
Assim, o chamado *Caminho Velho* compreende o maior dos itinerários da Estrada Real. A definição do *Caminho Geral do Sertão*, como ficou conhecido o antigo caminho dos paulistas, deu-se pelo empenho do bandeirante Fernão Dias Paes em sua última expedição (1674-1681). Por esse caminho foi estabelecida a comunicação entre São Paulo de Piratininga às vilas do Vale do Paraíba – Mogi, Jacareí, Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá, atravessando a serra da Mantiqueira e cruzando o rio Grande no seu trecho oriental em direção ao rio das Velhas. Segundo Costa (2005,p.88), pelo *Caminho Velho*, a duração da travessia de São Paulo a Ouro Preto ou a região do rio das Velhas era cerca de 74 dias de viagem. Saindo do Rio de Janeiro, passando por Paraty, a travessia durava cerca de 73 dias, isso compreendendo “35 dias de jornada e 38 de paradas.” Mesmo com todas as dificuldades esse trajeto só deixou de ser amplamente utilizado quando adveio o *Caminho Novo*, que permitiu acesso rápido e ligeiro às minas.

O *Caminho Novo* é tido como a primeira estrada oficial brasileira. A construção desse trajeto recebeu um forte apoio do Governador Artur de Sá e Meneses que, impressionado com as dificuldades encontradas na primeira viagem às minas de ouro, rapidamente encomendou outra estrada ao filho do caçador de esmeraldas Garcia Rodrigues Paes, que concluiu esta estrada em 1707. Afirma Costa (p.98) que “do início dos Setecentos a meados do segundo quartel dos Oitocentos, O *Caminho Novo* era o principal caminho do Ouro. Dentre todos os caminhos coloniais e estradas do século XIX...” O autor citado esclarece que partindo do Rio de Janeiro em direção às minas, esse novo itinerário era percorrido em 10 a 12 dias, com suas 80 léguas ou 494 Km.

O *Caminho dos Diamantes*, também chamado *Caminho do Sabarabuçu*, é um caminho destacado de maneira regional, dentro do âmbito da capitania das Minas Gerais. A descoberta dos veios auríferos nas regiões do Serro Frio e do Tijuco causou o surgimento desse caminho. O acesso a ele passou a ser muito concorrido. Por meio dessa rota chegava a partir de Vila Rica às pedras preciosas tão cobiçadas do Distrito Diamantino.

Dos traçados originais dos Caminhos do Ouro para as minas, poucos mantiveram-se intactos. A partir do Rio de Janeiro e de São Paulo, trechos foram transformados, principalmente em estradas de ferro, considerando-se as facilidades representadas para tais projetos pelas inúmeras gargantas localizadas nas serras do Mar e da Mantiqueira por onde passavam esses caminhos. Outros trechos foram retrabalhados, surgindo novos traçados de estradas carroçáveis no século XIX, que deram lugar a rodovias do século XX. (COSTA, 2005, p.139).

O interesse pelos caminhos que compõem a Estrada Real cresceu muito a partir do projeto turístico do governo mineiro nestas últimas décadas. Muitas pesquisas geohistóricas têm sido realizadas, juntamente com estudos realizados pelos turismólogos. A percepção toponímica da paisagem engloba os sentidos humanos, a sua experiência e a sua psicologia na medida que quando ele nomeia o espaço ele está fazendo nascer o ser inominado e, portanto, indiferenciado. Ao nomear o homem faz acontecer uma *maiêutica*. O nome dá a luz ao ser que o recebeu. Seja ele uma estrada, uma montanha, uma árvore, uma povoação.



Mapa 01 - Roteiro dos Caminhos da Estrada Real (Fonte: Instituto Estrada Real, Belo Horizonte/MG. www.estrada-real.org.br/).

III - MEMÓRIA TOPONÍMICA

A realidade linguística brasileira está perpassada pelas marcas colonizadoras dos diversos tipos de contatos culturais que ocorreram ao longo da história da ocupação territorial. É assim que podemos perceber dentro da memória toponímica da Estrada Real ocorrências das culturas portuguesa, indígena, africana e estrangeira. Os relatos dos Viajantes Naturalistas contêm uma grande quantidade de registros referentes às características culturais, religiosas, políticas, geográficas e econômicas destas regiões dos caminhos da Estrada Real. Em nossa investigação sobre a *Memória Toponímica* da Estrada Real, detectamos que o processo de nomeação das cidades e logradouros que fazem parte desta rota sofreu muitas e variadas

influências. Diversas influências proporcionaram o surgimento de uma *Toponímia* muito rica e variada. Desde a influência do índio, o primeiro habitante, como também do colonizador português. Do bandeirante desbravador e do negro escravizado. Do garimpeiro e do padre. Do político e dos coronéis.

Conforme os estudos que estamos efetuando, apresentamos o seguinte quadro que subsidia uma interpretação dos dados com relação à formação toponímica da Estrada Real, numa descrição bastante genérica, inspirada em Lind (1963).

Quadro 01 - Distribuição Toponímica Temática da ER

Nomes	Quantidade
Religiosos	57
Indígenas	39
Históricos (eventos patrióticos)	9
Bandeirantes e Mineração	26
Natureza: águas	13
Natureza: montanhas	14
Africanos	3
Nomes de pessoas	26

Considerando as informações que se encontram no Quadro 1 podemos observar a ocorrência, em primeiro lugar, dos *nomes religiosos* na toponímia da Estrada Real. É relevante a influência da religião católica, a religião do colonizador, na nomenclatura da maioria dos lugares. São inúmeros nomes de caráter eclesiástico, também chamados de *hierotopônimos* e *hagiotopônimos*. O fervor missionário fez construir igrejas e missões com nomes tirados do almanaque católico. Tais nomes enchem até à monotonia a velha descrição do Brasil de Aires de Casal (1976), quer simples nomes como Santo Hipólito, Mariana, Santa Luzia, São Lourenço, São Tiago, Nazareno, Virgínia, Santa Bárbara, quer como complementos de designação duma localidade, por exemplo, São Vicente de Minas, Dolores de Guanhanes, São Sebastião do Rio Verde, Santo Antônio do Itambé, São Gonçalo do Rio Preto, São Gonçalo do Rio Abaixo, Santana do Garambeu, Santana do Deserto, Santana dos Montes, Santa Maria de Itabira, São Brás do Suaçuí, Senhora de Oliveira, São João del-Rei, Conceição da Barra de Minas, Santa Rita do Ibitipoca etc.

Vale lembrar que na reconstituição histórica da atual nomenclatura, a grande maioria dos nomes teve a religião católica como primeira motivação. Alguns foram totalmente modificados, outros reduzidos e muitos permaneceram com a denominação antiga. Muitas vezes é o complemento formado pelo nome de um rio, um monte, um acidente geográfico que se juntou ao *hagiotopônimo*, como podemos perceber: Santo Antônio do Rio Abaixo, Piedade do Rio Grande, Santana do Riacho, Conceição do Mato Dentro, ou mesmo Santuário do Caraça, Dom Joaquim, Dom Viçoso, Capela do Saco, Capela Nova. A secularização

progressiva aboliu, em grande escala, nomes religiosos, de um tipo mais solene. Muitas vezes pela supressão da parte religiosa do nome composto, deixando apenas a parte profana. Assim aconteceu, entre outros com Carrancas (Nossa Senhora da Conceição de Carrancas), Mercês (Nossa Senhora das Mercês), Gouveia (Santo Antônio do Gouveia), Carandaí (Santana do Carandaí).

Existem nomes que revelam *uma atitude mais individual* e uma atitude positiva para com as coisas que os nomes indicam, bem como sentimentos de confiança e satisfação, denunciando os variados motivos de satisfação dos nomeadores. Assim como em: Nova União, Três Corações, Belo Vale, Bela Vista de Minas, Alvorada de Minas. A verdadeira razão nem sempre é evidente para o observador.

A *memória toponímica* da Estrada Real pode ser reconstruída pela composição dos diversos caminhos que possibilitaram a formação dos aglomerados humanos. Estes podem ser considerados *históricos*, já que guardam a memória de fatos ou de pessoas ligados à história nacional: Inconfidência, Tiradentes, Petrópolis, Pedro do Rio, Comendador Levy Gasparian, Simão Pereira, Belmiro Braga, Matias Barbosa, Coronel Pacheco, Ewbank da Câmara, Pedro Teixeira, Resende Costa, Lima Duarte, Bias Fortes, Alfredo Vasconcelos, Bento Rodrigues, Santos Dumont, Cristiano Otoni, Conselheiro Lafaiete, Diogo de Vasconcelos, João Monlevade, Felício dos Santos, Couto de Magalhães de Minas, Presidente Kubitschek, Presidente Bernardes, Coronel Xavier, Resende Costa, dentre outros.

Na Estrada Real, os nomes não omitem, naturalmente, o lado mais materialista e econômico, sobretudo no que se refere à corrida do ouro e à busca das pedras preciosas: Diamantina, Ouro Preto, Ouro Branco, Lavras Novas, Catas Altas, Tabuleiro etc. Os caminhos e as viagens constituíram uma parte importante e difícil no desbravamento do *Sertões Mineiros*. Detectamos isso devido ao fato de os caminhos naturais das costas e dos rios terem sido aproveitados para a motivação toponímica. Há muitos nomes que remontam ao tempo dos Bandeirantes: Ressaquinha, Ponte Nova, Passabém, Passa Quatro, Pouso Alto, Cruzília, Entre Rios de Minas, Paraíba do Sul, Passa-Tempo etc.

Podemos ainda evidenciar nomes ligados diretamente à *Natureza* e, principalmente, topônimos que guardam a memória do importante papel de localização à beira da água. Nesse sentido Dick (1990, p. 80) ressalta que a água é “tão necessária e imprescindível à vida humana que, dentro da agressividade regional, os pontos de seu aparecimento revestem-se de tanta significação que se torna obrigatório registrá-los, toponomasticamente”. Na Estrada Real temos: Rio de Janeiro, Rio Pomba, Alto Rio Doce, Rio Piracicaba, Senhora do Porto, Alagoa, Córregos, Rio Acima, Entre Rios de Minas, Desterro de entre Rios, Lagoa Dourada, Cachoeira Paulista etc. A *vegetação* também não passa despercebida pela memória toponímica da Estrada Real: Marmelópolis, Jaboticatubas, Cachoeira do Campo, Serra do Cipó, Serra Azul de Minas, Itambé do Mato Dentro, Cocais, Cipotânea, Milho Verde etc. Para Dick (1990, p. 64) “o recorte de um “morro”, os contornos de uma “serra”, o “monte” singular em sua morfologia. Tudo pode ser causa de

motivações toponímicas”. As *montanhas* e *montes* estão muito bem delineados pela memória toponímica da Estrada Real quando encontramos: Monte Serrat, Santana dos Montes, Morro do Pilar etc.

A memória da *toponímia indígena*, marcadamente presente em todo o Brasil, pode ser encontrada de modo muito vivo na Estrada Real. A tarefa de resumir a contribuição indígena na toponímia nacional é um tanto difícil. A maior parte dos nomes possuem dois ou três radicais reunidos que foram muitas vezes modificados, de modo que a verdadeira forma original é difícil de ser reconstruída. Afirma Lind (1963, p. 60) que “foi a língua geral, derivada do tupi e do guarani que serviu de base principal para a nomenclatura nacional. Podemos dizer que foram os bandeirantes ou os missionários os primeiros a utilizá-los.” A respeito dessa questão, observa Dick (1990, p.120) que no Brasil, os nomes geográficos que têm origem indígena possuem várias procedências, não se limitando somente à família linguística Tupi. A autora afirma que “a toponímia brasílica contém um acervo considerável de designações de outras origens como a karib, aruak, bororo, jê, kariri, kaingang, por exemplo.” Na Estrada Real encontramos: Itaipava, Piranga, Itatiaia, Itabira, Ipoema, Itambé, Itapanhoacanga, Caeté, Sabará, Aiuruoca, Baependi, Acuruí, Jeceaba, Itutinga, Ibirutuna, Ingaí, Itanhandu, Guaratinguetá, Paraty etc.

No que concerne à memória de *toponímia africana*, conforme Dick (1990, p. 152), o número de designativos africanos deixou um legado pequeno ao português brasileiro, “cerca de trezentos termos mais ou menos, numa desproporção clara com o total de negros imigrados”. Isto pode ser explicado por razões históricas: o negro veio para o Brasil na condição de trabalhador subjugado e escravizado, por isso sua cultura e sua língua foram inferiorizadas. Verificamos que há uma baixa incidência de topônimos que têm base em línguas africanas nos nomes de municípios e distritos da Estrada Real. Citamos apenas dois: Monjolos e Caxambu.

Podemos perceber a influência norte-americana na memória toponímica da Estrada Real, ridicularizada por Matthew Arnold (LIND, 1963 p.87) como “horrorosamente inexpressiva” para o Brasil, quando se acrescentou o sufixo *polis* em alguns topônimos como: Petrópolis, Marmelópolis, Sabinópolis, Ritápolis, Alvinópolis...

É dentro deste percurso que situamos a nossa pesquisa de doutoramento sobre a *memória toponímica* deixada pelos Viajantes Naturalistas que passaram pelos caminhos da Estrada Real entre os séculos XVIII e XIX. Sabemos que quanto ao surgimento dos povoados e à fundação dos distritos e municípios, as datas são muito diversificadas. Existem municípios e distritos que têm sua raiz entre os séculos XVI e XVII. Todavia, constatamos que a maioria dos municípios e distritos da Estrada Real têm a sua origem no século XVIII. Alguns tiveram os primeiros núcleos populacionais no início do século XIX. O nosso alvo é o estudo toponímico. Sabemos que, com o passar do tempo, muitos nomes foram mudados ou sofreram “metamorfoses”. Por isso, estamos analisando os topônimos dessas áreas para reconstituir as formas antigas

de nomeação oriundas de camadas linguísticas, procurando, desse modo, conhecer a história do povoamento e da fixação do homem nessas regiões. É aqui que se faz necessário, como elemento fundamental, os relatos dos viajantes e a memória toponímica registrada por eles. Em nossa pesquisa, preocupamo-nos em resgatar o ano em que o município ou distrito passou a ser designado por usar a nomenclatura atual e as denominações anteriores que existiam. Nos casos em que a informação pode ser encontrada, a da norma que oficializou esse nome. Há denominações que foram mudadas e que depois retornaram à denominação primitiva. Há denominações que sofreram acréscimos e outras que conservaram a sua forma original. Aqui, faz-se importantes a pesquisa junto aos escritos dos Viajantes.

IV - O OLHAR DOS VIAJANTES

O olhar e o discurso elaborado pelos Viajantes Naturalistas dos Séculos XVIII e XIX foram alguns dos elementos fundamentais na construção da identidade nacional e no surgimento das representações que alicerçaram a visão que temos hoje das características socio-culturais e geográficas brasileiras destas regiões que compõem a *Estrada Real*. Por meio dos seus relatos podemos reconstruir uma história regional. Ainda que este “olhar” estivesse moldado pela cultura européia, esses viajantes deixaram fontes documentais preciosas para o entendimento toponímico dos lugares que passaram.

São muitos os caminhos e são muitos os olhos que passam pelos caminhos..., alguns cabisbaixos vão apenas medindo o tanto que já foi andado e o que ainda têm por andar... São olhos que aqui, nesta terra abençoada encontraram continuamente com o que se extasiar, o que admirar a cada pessoa, a cada momento... (NOGUEIRA, 2005, p.153)

Esses viajantes eram cientistas que desejavam conhecer os nomes dos lugares e decifrá-los etimologicamente. Buscavam, dentro do método de Lineu, classificar a fauna, a flora, os elementos geomorfológicos e a cultura sócio-antropológica dos grupos que habitavam estas terras. Investigavam tudo com olhar minucioso. Os documentos oficiais que encontravam nas igrejas e nos cartórios; a tradição oral e os costumes. O resultado das suas viagens deixaram à posteridade os relatos do que viram e os estudos que empreenderam. Para melhor entendimento cronológico e biográfico destes *Viajantes Naturalistas* traçamos no Quadro 2 as seguintes caracterizações:

Quadro 02 – Viajantes Estrangeiros na ER

Viajantes	Identificação	Período	Obras	Descrição/Relatos
John Mawe	Viajante e comerciante inglês que a mandato do Conde de Linhares foi verificar a existência de prata na região de Cantagalo - RJ.	1809	<i>Viagens ao Interior do Brasil</i>	Relata o percurso da sua viagem do Rio de Janeiro ao Arraial do Tejuco, comentando as condições de pouso e detalhando o que vê nos lugares por onde passa.
Ernesto Barão de Eschwege	Engenheiro militar e naturalista alemão, barão de Eschwege, veio ao Brasil para realizar trabalhos de pesquisa geológica e mineralógica.	1811	<i>Pluto Brasiliensis</i>	Relatos de sua viagem do Rio de Janeiro para a região das minas, até o centro do Distrito Diamantino.
Saint-Hilaire	Naturalista francês que consagrou seis anos inteiros a percorrer uma vasta porção do Império do Brasil. Botânico, coletou nas suas viagens cerca de 30.000 exemplares de plantas representando mais de 7.000 espécies, muitas desconhecidas pelos cientistas da época. É o viajante que mais deixou registros sobre o percurso da Estrada Real.	1816 a 1822	1. <i>Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás</i> 2. <i>Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil</i> 3. <i>Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais</i> 4. <i>Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo</i>	Em seus relatórios das viagens empreendidas para a região da Estrada Real, Saint-Hilaire mostra-se como um minucioso cientista em descrições apaixonantes do que viu. Viajou por caminhos variados e diferentes. Passou por toda a zona aurífera, entrando nas encostas da Serra do mar e na bacia do Paraíba. Viajou ao norte e ao sul de Minas. Conta os detalhes da extração do ouro e como trabalhavam os negros nos garimpos da zona diamantina.
Von Martius e Von Spix	O zoólogo J.B. Von Spix e o botânico: C. F. P. Von Martius chegaram ao Brasil por ocasião do casamento de D. Leopoldina com D. Pedro I. Naturalistas alemães, ambos permaneceram no Brasil 3 anos.	1817 a 1820	<i>Viagem pelo Brasil</i>	Descrevem as matas das regiões de Minas Gerais, suas montanhas e campos a partir da serra de Ouro Branco e as montanhas auríferas da Cata-Branca, os arvoredos de Minas Novas e o <i>Caminho Velho</i> com o seu entorno.

George Gardner	Médico e Botânico britânico. Em suas viagens pelo Brasil colecionou cerca de 60.000 espécies de plantas que levou para os museus da Inglaterra.	1836 a 1841	<i>Viagem ao Interior do Brasil</i>	Em 1936 iniciou uma viagem para o norte do Brasil a partir do Rio de Janeiro e passou por Minas Gerais quando retornava. Descreve as minas de ouro e as velhas povoações já decadentes pelo declínio da produção aurífera.
Richard Francis Burton	Viajante, poliglota e estudioso dos costumes, Burton é um escritor britânico que foi consul no Brasil de 1865 a 1868.	1868	<i>Viagens aos Planaltos do Brasil</i>	Esteve em Santos, São Paulo e Minas Gerais. Em sua obra deixou preciosas observações acerca da escravidão e dos costumes no Brasil.
Francis Castelnau	Naturalista francês que esteve no Brasil no período de 1837 a 1841 com outros pesquisadores. Consul francês na Bahia em 1848.	1843	<i>Expedição às regiões centrais da América do Sul</i>	Partiu do Rio de Janeiro (1843) em uma fatura pelo rio Inhomirim. Relata as condições sobre o caminho até Vila Rica.

(Elaboração do autor)

Os relatos deixados pelos Viajantes Naturalistas proporcionam a formação de uma história regionalizada que emerge das marcas toponímicas deixadas nos seus relatos. Do material inicialmente coletado, ainda incompleto, estamos selecionando os registros toponímicos referentes à Estrada Real. Para demonstrar o trabalho que estamos efetuando tomamos como exemplo três topônimos de cidades situadas dentro dos três *Caminhos da Estrada Real*, no Estado de MG, submetendo-os a um estudo toponímico conforme a metodologia sugerida por Dick (1990).

V - ANÁLISE TOPONÍMICA

Exemplos de análise Toponímica

Ficha 1

Topônimo: AIURUOCA/MG

Etimologia: Aglutinação das palavras tupis *Ajuru* -papagaio, e *oca*, casa, donde a tradução: casa de papagaio, ou papagaio criado na pedra, ou pedra do papagaio. Conforme Silva (1966, p.26), *ayuru* (os papagaios) *oca* (maloca): a casa dos ajurus; a maloca ou covo dos papagaios; o refúgio das araras.

Classificação Taxeonomica: ECOTOPÔNIMO

Localização na Estrada Real: Caminho Velho

Historiografia: Foi João de Siqueira Afonso quem descobriu, em 1706, as minas de ouro de Aiuruoca. Foi atraído pelas culminâncias do Pico do Papagaio. O lugar tornou-se um centro de atividades dos mineradores e sertanistas. As terras passaram a ser exploradas desde então. Elevada à categoria de vila, pelo Regente Feijó em 14/08/183 e tornou-se município em 20/07/1868. Teve as seguintes denominações: Iuruoca, Jeruoca; Ieruoca; ioruoca; Ajuruoca.

Relatos dos Viajantes: *O rio Ayuruoca, que desce, disseram-me, do morro do Garrafão, corre rapidamente no fundo do vale, e é, à margem deste rio, entre montanhas e matas, que fica situada a cidade do mesmo nome. O resto do vale é cortado por pastagens e capões de mato, pinheiros majestosos, ora aconchegados uns aos outros, ora esparsos, distinguem-se pelas formas esquisitas, e cores escuras, entre os diversos vegetais que os rodeiam. Para acabar de embelezar a paisagem, despenha-se uma cascata, a meia encosta de uma das montanhas que cerca o vale, e espalha-se no meio da floresta sombria formando uma toalha prateada.* SAINT-HILAIRE. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais-1822* (1974, p.28).

Ficha 2

Topônimo: CATAS ALTAS/MG

Etimologia: A junção do substantivo plurais *catas* (procura) com o adjetivo *altas* (elevado) é resultado das profundas escavações em busca do ouro que se faziam no alto do morro.

Classificação Taxeonomica: SOCIOTOPÔNIMO

Localização na Estrada Real: Caminho dos Diamantes

Historiografia: O bandeirante Domingos Borges, em 1702, descobriu na fralda sul da Serra do Caraça ricas minas de ouro, denominadas posteriormente de Catas Altas. O lugar foi chamado de Catas Altas do Mato Dentro (para não ser confundido com Catas Altas da Noruega). O distrito foi criado em 1724 e tornou-se município em 1995. Hoje se denomina Catas Altas

Relatos dos Viajantes: *Ao dia seguinte fizemos jornada de cerca de duas léguas e a meia Barra passamos pelo arraial do Brumado, solitário em grande decadência. Daqui partindo, continuamos na direção de leste até o sopé da serra do Caraça e contornando a sua base do lado nordeste, chegamos logo depois do meio-dia ao arraial de Catas Altas, que está situado no sopé da serra, na extremidade sudeste. Consiste principalmente em uma longa rua e, como Brumado, não está vivendo dias muito florescentes. As montanhas em torno da aldeia e entre esta e Brumado são cobertas de capim-gordura. A grande altura, na própria serra, há uma ermida chamada Nossa Senhora Mãe dos Homens. A edificação foi começada em 1771 por um português que ainda era vivo, mais do que centenário, quando foi visitado por Spix e Martius em 1818. Era agora, a ermida, um seminário teológico tendo, ao que dizem muitos poucos alunos. Esta serra foi botanicamente explorada por Saint-Hilaire, bem como por Spix e Martius, que a acharam riquíssima em curiosos e raros produtos vegetais. Desejava eu, por minha vez, esperar um dia subi-la, mas o tempo não me ajudou, porque choveu copiosamente e as partes mais altas da montanha ficaram envoltas em nuvens.* GARDNER, G. *Viagens no Brasil-1840* (1975, p.56).

Ficha 3

Topônimo: OURO BRANCO/MG

Etimologia: O nome tem a sua origem em fins do século XVII, quando os bandeirantes chefiados por Borba Gato desbravavam esta região e encontraram ouro com coloração esbranquiçada.

Classificação Taxeonômica: CROMOTOPÔNIMO

Localização na Estrada Real: Caminho Novo

Historiografia: O povoado de Santo Antônio de Ouro Branco foi fundado em fins do século XVII, provavelmente no ano de 1664, como consequência do processo de ocupação iniciado com as primeiras bandeiras que, subindo o Rio das Velhas à procura de ouro, desbravaram a região, assentando-se ao pé da serra do Ouro Branco, também denominada, à época, serra do Deus te Livre. A adoção do nome oficial do município deu-se em 1724: Ouro Branco.

Relatos dos Viajantes: *A pequena vila de Redondo tem uma capela dedicada a N.S. da Ajuda, e melhor ainda, um encantador panorama. Além do primeiro plano de floresta e capim verde rompendo fortemente o chão vermelho de ocre, cor aqui chamada de sangue-de-boi, abre-se um vale de encosta e solo regulares, erguendo-se muito além até chegar a uma pedra rude que domina o ar. Esta serra, agora para nós ao oriente e norte, é chamada em alguns mapas serra de Deus te Livre – certamente pelos perigos de suas veredas. É mais conhecida como serra do Ouro Branco, de uma cidade no seu principal caminho. - vemos a sua linha branca em meio das encostas, entre Barbacena e Morro Velho. O monte principal fica por muito tempo à vista, mas uma curva do caminho nos ocultava este sítio. BURTON, R.F. Viagens aos Planaltos do Brasil- 1868 (1941, p.48).*

VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os *Relatos de Viagens* apresentam-se como relevantes fontes de informações políticas, sociais, culturais e toponímicas. Eles podem ser analisados não somente como objetos literários, mas como documentos significativos que trazem preciosos registros e informações de uma época em que Minas Gerais e os seus caminhos estavam no centro das atenções por causa do ouro e das pedras preciosas.

O interesse pelos caminhos que compõem a *Estrada Real* cresceu muito a partir do projeto turístico do governo mineiro nestas últimas décadas. Foram realizadas várias iniciativas de incentivos à economia e à

política entre os estados e os municípios envolvidos. A Lei de nº 13.173/9, de 20/01/1999 do Governo do Estado de MG apresentou o “Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Potencial Turístico da Estrada Real”. Muitas pesquisas geohistóricas têm sido realizadas, juntamente com estudos realizados pelos turismólogos. Por isso, acreditamos que muito podemos contribuir com a nossa pesquisa toponímica.

Os dados coletados até o presente momento e analisados com a leitura sócio-histórico-cultural levam-nos a concluir que a Toponímia das regiões que compõem a Estrada Real guarda marcas de todos os povos que habitaram essa parte de Minas Gerais, de São Paulo e do Rio de Janeiro, ou aqui pisaram como desbravadores do *Sertão*. Podemos detectar que existe na memória toponímica local, um vínculo histórico marcado pelas etnias de origem indígena e africana. Assim constatamos que a religiosidade do colonizador português faz-se presente ainda hoje na predominância dos topônimos religiosos e sagrados, vestígios da marcante presença da Igreja Católica.

O resgate da *Memória Toponímica* é essencial para a caracterização do espaço geográfico e histórico das regiões que compõem a Estrada Real. Certamente que a Toponímia é testemunha da paisagem secular que se desenha ao longo destes caminhos, feitos de pedras, rios, montanhas, vales e aglomerações humanas das cidades, vilas e campos.

VII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTONIL, A. J. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: edusp, 1982.
- BURTON, F. R. *Viagens aos Planaltos do Brasil*. Tradução de Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1941.
- COROMINES, J. *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, V. VII, nº 138, 01/04/2003. UNB, Barcelona, 2003.
- COSTA, A. G. (org). *Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005.
- DAUZAT, A. *Les noms de lieux*. Paris: Librairie Delagrave, 1928.
- _____. *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, vol. VII, nº138, 01/04/2003. UNB, Barcelona, 2003.
- DICK, M. V. P. A. *Os nomes como marcadores ideológicos*. São Paulo, Revista Internacional de Semiótica e Linguística, V.7, 1998, p. 97-122.
- _____. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

- FONSECA. Agentes e contextos das intervenções urbanísticas nas Minas Gerais do século XVIII. *Oceanos*. Nº41. Lisboa: Comissão nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Janeiro/Março 2000, pp. 60-67.
- GARDNER, G. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- LIND, Ivan. *De Portugal ao Brasil, um pequeno estudo de Toponímia Brasileira*. Lisboa: Casa Portuguesa, 1963.
- MOREU-REY, E. *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, V. VII, n.138,01/04/2003, UNB, Barcelona, 2003.
- NOGUEIRA, M. M. Os Caminhos do Ouro e o registro da vegetação segundo Naturalistas do Século XIX. In: COSTA, A, G. (org). *Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005.
- POIRIER. *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, vol. II, UNB, Barcelona, 1965.
- SANTOS, M. *Estradas Reais*. Belo Horizonte: Editora Estrada Real, 2001.
- SAINT-HILAIRE, A. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo - 1822*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- SILVA, J. R. *Denominações Indígenas na Toponímia Carioca*. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1966.
- TORT, J. Toponímia y Marginalidad Geográfica. Los Nombres de lugar como Reflejo de una Interpretación del Espacio. *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, vol. VII, n.138,01/04/2003, UNB, Barcelona, 2003.
- VILLALTA. Posse e uso dos livros. *Oceanos*. Nº42. Lisboa: Comissão nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Abril/Junho 2000, pp.132-144.